

ÍNDICE

PARTE I MATÉRIAS INTRODUTÓRIAS

1. A Sistematização da Economia Nacional e do Sector Público.....	19
1.1. As Administrações Públicas	23

PARTE II O FINANCIAMENTO DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS E A TRIBUTAÇÃO

2. O Financiamento das Administrações Públicas.....	29
2.1. A Classificação das Receitas Públicas.....	31
3. Impostos – Conceito e Tipificação.....	39
3.1. Classificação dos Impostos	41
4. Tendências Comparadas da Carga Fiscal	45
4.1. Impostos Directos sobre Pessoas Singulares	52
4.1.1. Tendências da Tributação sobre o Trabalho	52
4.1.2. A Cunha Fiscal e o seu Impacto no Emprego	57
4.2. Tendências da Tributação sobre o Capital.....	59
4.2.1. Tributação do Capital	63
4.3. Impostos Indirectos	64
5. As Características de um Bom Sistema Fiscal	65
5.1. Equidade.....	66
5.1.1. O Princípio do Benefício	66
5.1.2. O Princípio da Capacidade para Pagar	68
5.1.2.1. A Teoria do Igual Sacrifício	70
5.1.2.1.1. A Teoria do Igual Sacrifício Absoluto	70
5.1.2.1.2. A Teoria do Igual Sacrifício Proporcional	74
5.1.2.1.3. A Teoria do Igual Sacrifício Marginal	75
5.2. Eficiência	76
5.3. Minimização dos Custos de Administração e de Cumprimento	78
5.3.1. Modelos Institucionais e Competências	78

5.3.2. A Autonomia da Administração Fiscal	81
5.3.3. Modelos Organizacionais	82
5.3.4. Preenchimento de Declarações, Liquidação e Controlo Relativos a Alguns Impostos	86
5.3.4.1. Pré-Preenchimento das Declarações de Rendimentos	87
5.3.4.2. Cobrança do Imposto Devido por Pessoas Colectivas	91
5.3.4.3. Sistemas de Controlo das Declarações de Rendimentos	91
5.3.5. Indicadores de Desempenho	92
6. Sistemas Tributários	97
6.1. Sistemas Proporcionais, Progressivos e Regressivos	97
6.1.1. Taxas de Imposto Médias e Marginais	97
6.1.2. A Elasticidades da Receita Fiscal em Relação ao Rendimento Na- cional	102
6.1.3. Tipos de Progressividade	102
6.1.4. Progressividade Escondida	104
6.2. Medidas de Progressividade	106
6.2.1. O Comportamento da Taxa Média de Imposto	106
6.2.2. O Comportamento da Taxa Marginal de Imposto	107
6.2.3. O Comportamento da Elasticidade Rendimento do Imposto	108
6.2.4. O Comportamento da Elasticidade do Rendimento Líquido	108
6.2.5. A Medida da Progressão Efectiva	109
7. Conceito de Rendimento para Efeitos de Tributação Directa	111
7.1. Definição Periódica de Rendimento	111
7.2. Definição Exaustiva de Rendimento	112
7.3. As Dificuldades na Aplicação do Conceito	114
7.3.1. Despesas de Consumo e de Aquisição de Rendimento	114
7.3.2. Auto-Consumo e Remunerações em Espécie	115
7.3.3. Doações e Sucessões	117
7.3.4. Ganhos de Capital	118
7.3.5. Variações no Nível Geral de Preços	121
8. A Unidade de Tributação do Rendimento	123
8.1. A Aplicação do Princípio da Equidade	125
8.1.1. A Incompatibilidade Entre os Três Princípios	127
8.2. Fontes e Exemplos de Não Neutralidade em Relação ao Casamento	128
8.3. Eficiência Económica	132
9. Modelos Alternativos de Tributação Directa dos Rendimentos	135
9.1. Imposto Parcelar e Imposto Único	135
9.2. Imposto a Taxa Uniforme	137
9.2.1. A Questão da Equidade	137
9.2.2. A Questão da Eficiência Económica	141
9.2.2.1. A Dupla Tributação dos Rendimentos	142
9.2.3. A Proposta de Hall e Rabushka	143

9.2.3.1. O Imposto Sobre os Salários	144
9.2.3.2. O Imposto Sobre os Negócios	145
9.2.4. A Adopção em Concreto desta Proposta	147
9.3. O Imposto Dual	148
9.3.1. As Características do Imposto Dual	148
9.3.2. O Imposto Dual versus o Imposto Único	150
10. Equivalências entre Tipos de Impostos Indirectos	153
10.1. Tipos de Impostos Indirectos	153
10.2. Impostos Indirectos sobre Produtores e sobre Consumidores e a Equivalência entre Eles	155
10.3. A Equivalência entre Impostos Indirectos Unitários e <i>Ad-Valorem</i>	158
11. A Incidência dos Impostos	161
11.1. O Que é a Incidência Económica dos Impostos?	161
11.2. Contextualização da Incidência Tributária	163
12. A Incidência dos Impostos Indirectos em Equilíbrio Parcial	165
12.1. Incidência no Curto-Prazo e em Concorrência Perfeita	165
12.2. Incidência no Longo Prazo e em Concorrência Perfeita	168
12.3. O Caso Particular do Mercado do Trabalho em Concorrência Perfeita	170
12.4. Incidência dos Impostos Unitários em Mercados Imperfeitamente Concorrenciais	171
12.4.1. Incidência em Mercados Monopolistas	171
12.4.2. Incidência em Mercados Oligopolistas	176
12.5. A Incidência dos Impostos <i>Ad-Valorem</i> numa Análise em Equilíbrio Parcial	180
12.5.1. Em Mercados de Concorrência Perfeita	180
12.5.1.1. Ilustração	182
12.5.2. Em Mercados Monopolistas	183
12.5.2.1. Equivalência entre Impostos Unitários e <i>Ad-Valorem</i> em Monopólio	186
13. Incidência dos Impostos numa Análise em Equilíbrio Geral	191
13.1. Incidência em Mercados de Concorrência Perfeita	191
13.1.1. Equivalência entre Impostos	199
14. Efeitos dos Impostos Indirectos Sobre a Eficiência Económica	201
14.1. Análise em Equilíbrio Geral	202
14.1.1. A Medida da Distorção	204
14.2. Análise em Equilíbrio Parcial	206
14.2.1. A Medida de Dupuit-Marshall-Harberger	206
14.2.2. As Medidas de Hicks	208
14.3. Distribuição Equi-Proporcional da Carga Fiscal Excedentária	212
15. Teorias da Tributação Indirecta “Óptima”	217
15.1. A Regra da Proporcionalidade	218

15.2. A Regra de Ramsey	220
15.2.1. Reformulação da Regra de Ramsey para o Caso de Custos Crescentes	225
15.3. A Regra de Corlett e Hague	226
15.4. Análise Crítica da Regra de Ramsey	227
16. Os Impostos Indirectos na Prática	233
16.1. Os Impostos Multi-Estádio e de Estádio-Único	233
16.2. O IVA	237
16.2.1. As Variantes do IVA	238
16.2.2. Os Princípios da Origem e do Destino	239
16.2.3. O Métodos do Crédito na Liquidação do IVA	242
16.2.4. Algumas Referências às Propriedades Relativas dos Métodos do Crédito e da Subtracção	247
16.3. Alguns Aspectos Complementares na Operacionalização dos Impostos Indirectos	248
16.4. O Imposto sobre as Vendas a Retalho	249
17. A Tributação Directa dos Rendimentos	251
17.1. Tributação dos Rendimentos do Trabalho	251
17.1.1. O Modelo Económico	252
17.1.1.1. Restrições Orçamentais Não Convexas	258
17.1.1.2. O Caso da Progressividade com Taxas de Imposto Proporcionais	261
17.1.2. Os Resultados dos Estudos Empíricos	263
17.2. A Tributação da Poupança	268
17.2.1. O Modelo e a Análise	268
17.2.1.1. A Representação das Restrições Orçamentais	270
17.2.1.2. O Modelo Económico	272
17.2.1.3. Os Efeitos da Tributação dos Rendimentos da Poupança	274
17.2.1.4. As Críticas ao Modelo	279
17.2.2. O Comportamento da Poupança nos Países Desenvolvidos	279
17.3. A Relação entre Poupança e Investimento	281
17.3.1. O Caso de uma Economia Fechada	281
17.3.2. O Caso de uma Economia Aberta	285
18. O Imposto sobre os Lucros das Sociedades	287
18.1. A "Nova" Perspectiva da Tributação dos Dividendos	291
18.2. Os Canais de Transmissão da Política Fiscal para o Investimento e o Crescimento Económico	294
18.2.1. O Canal do Custo do Capital	295
18.2.2. O Canal de Resposta aos Incentivos Fiscais	300
19. Tributação e Fraude Fiscal	305
19.1. A Abordagem Teórica da Fraude Fiscal	307
19.1.1. Fraude Fiscal num Modelo Estático	308

A. M. B. <

19.1.1.1. Estática Comparada	310
19.2. Fraude Fiscal e Incentivos ao Trabalho	313
19.2.1. Em Termos da Oferta Total de Trabalho	313
19.2.2. Em Termos da Afectação entre os Sectores Formal e Informal da Economia	315
20. A Curva de Laffer e o Carácter Permanente ou Temporário da Redução dos Impostos	319

PARTE III DESPESA PÚBLICA

21. A Despesa Pública	- 329
21.1. A Classificação Económica das Despesas	329
21.2. Classificação Funcional das Despesas	333
21.3. Classificação Orgânica das Despesas	336
21.4. Classificação por Programas	337
21.5. Despesas Ordinárias e Extraordinárias	339
22. Introdução à Análise Económica das Despesas Públicas	341
22.1. Razões para Haver Despesa Pública	341
22.2. Formas de Provisão e Política de Preços do Estado	346
23. Subsídios	349
23.1. A Incidência dos Subsídios	352
23.1.1. Incidência em Concorrência Perfeita e em Equilíbrio Parcial	353
23.2. Eficiência e Subsídios em Quantidades Fixas	357
23.2.1. Exemplos de Restrições Orçamentais com Subsídios em Quantidades Fixas em Equilíbrio Geral	359
23.2.2. Análise de Casos Quanto à Ineficiência destes Subsídios	362
23.2.2.1. O Impacto sobre o Consumo de Outros Bens e Incidência ..	367
23.2.2.2. O Impacto sobre a Oferta de Trabalho	370
23.2.2.3. Alguns Exemplos de Casos Concretos	372
23.3. Os Subsídios em Quantidades Variáveis em Equilíbrio Geral	375
23.4. Alguns Programas Portugueses de Subsídios em Quantidades Fixas	377
23.4.1. O Subsídio de Renda de Casa	377
23.4.1.1. O Cálculo do Subsídio de Renda de Casa	378
23.4.2. O Subsídio por Frequência de Estabelecimento de Ensino Especial	381
23.5. Transferências em Moeda	383
23.5.1. O Imposto Negativo sobre o Rendimento	384
23.5.1.1. A Restrição Orçamental do INR	386
23.5.1.2. O Impacto sobre os Incentivos ao Trabalho	390
23.5.2. O Crédito Fiscal sobre os Rendimentos do Trabalho	392
23.5.2.1. Requisitos de Elegibilidade e Taxa de Participação	394

23.5.2.2. A Tabela dos Créditos Fiscais sobre os Rendimentos do Trabalho.....	396
23.5.2.3. A Representação Gráfica dos Efeitos sobre o Trabalho.....	397
23.5.3. Alguns Programas Portugueses de Redistribuição em Moeda	398
23.5.3.1. O Rendimento Social de Inserção	399
23.5.3.1.1. Valor do RSI e Cálculo do Valor da Prestação Mensal ...	400
23.5.3.2. O Abono de Família para Crianças e Jovens	404
23.5.3.2.1. Valor do AFCJ e Cálculo do Valor da Prestação Mensal	406

PARTE IV

O ORÇAMENTO E A CONTA GERAL DO ESTADO

24. O Orçamento do Estado	411
24.1. Enquadramento Jurídico e Âmbito do Orçamento do Estado	416
24.2. As Regras Clássicas de Elaboração do Orçamento	416
24.2.1. As Regras da Unidade e da Universalidade.....	418
24.2.2. A Regra da Não Compensação	418
24.2.3. A Regra da Especificação	419
24.2.4. A Regra da Não Consignação	420
24.2.5. O Equilíbrio Intergeracional	422
24.3. As Novas Regras de Elaboração do Orçamento.....	423
24.4. O Equilíbrio Orçamental	423
24.4.1. As Medidas do Saldo Orçamental	425
24.4.1.1. O Saldo do Orçamento Global ou Convencional	426
24.4.1.2. O Saldo do Orçamento Ordinário	431
24.4.1.3. O Saldo do Orçamento Corrente	432
24.4.1.4. O Saldo do Orçamento na Óptica da Procura Agregada.....	434
24.4.1.5. Os Saldos Doméstico e Externo do Orçamento	439
24.4.1.6. Os Saldos Estrutural e Cíclicamente Ajustados	441
24.4.1.7. O Saldo Primário do Orçamento	442
24.4.1.8. O Saldo Operacional do Orçamento	443
24.4.1.9. As Soluções Actualmente Vigentes em Portugal	445
24.4.2. Estabilidade Orçamental	446
24.5. Lei e Proposta de Lei do Orçamento do Estado: conteúdo formal e estrutura	447
24.6. Prazos para a Discussão e Votação da Proposta de Lei do Orçamento	449
24.7. A Execução do Orçamento do Estado	451
24.7.1. Alterações Orçamentais	455
24.8. A Fiscalização da Execução do Orçamento	456
24.9. A Conta Geral do Estado	457
25. A Dívida Pública	459
25.1. Tipos de Dívida Pública	463
25.2. A Conceptualizações dos Mercados	465
25.3. O Mercado Secundário da Dívida Pública Portuguesa	467
25.4. A Dívida Pública Portuguesa de Curto Prazo.....	468

25.4.1. Os Bilhetes do Tesouro	468
25.4.1.1. Os Leilões	469
25.4.1.2. A Valorimetria dos Bilhetes do Tesouro	470
25.4.2. Os Acordos de Recompra	472
25.5. A Dívida Pública Portuguesa de Médio e Longo Prazos	473
25.6. A Sistematização das Obrigações	475
25.6.1. Classificação Quanto à Remuneração	475
25.6.2. Classificação Quanto ao Vencimento	477
25.7. A Valorimetria das Obrigações que Pagam Cupão	478
25.7.1. Quando a Valorimetria é Feita entre Dois Pagamentos de Cupões	480
25.7.2. A Valorimetria das Perpetuidades	482
25.8. A Taxa Interna de Rentabilidade (Yield to Maturity)	482
25.9. Alguns Teoremas sobre o Preço das Obrigações	484
25.10. Risco de Crédito e Rating	485
26. A Relevância Económica do Défice das Contas Públicas	487
26.1. Porque se Receiam os Défices?	488
26.2. A Restrição Orçamental do Estado	492
26.2.1. Mais Sobre as Condições de Sustentabilidade da Política Orçamental e do Défice	500
26.3. Défices, Dívida e Inflação	501
26.3.1. Dívida e Solvência do Estado	506
26.4. <i>Crowding-Out</i>	507
27. Equivalência Ricardiana	511
27.1. A Discussão de Alguns Pressupostos	514
27.1.1. Vidas Finitas e Altruismo	515
27.1.2. Mercados Financeiros Imperfeitos	517
27.1.3. Impostos Ineficientes	518
27.1.4. Incerteza sobre os Rendimentos Futuros	519
27.1.5. Jogos de Ponzi Virtuosos	519
27.2. A Evidência Empírica	519
28. Perspectivas sobre os Défices Orçamentais e da Obrigação Constitucional de um Orçamento Equilibrado	521
28.1. As Lições do Debate Recente nos E.U.A.	524
28.2. Uma Breve Referência Histórica às Perspectivas sobre a Relevância dos Défices do Estado	529

PARTE V

POLÍTICA ORÇAMENTAL EM ECONOMIA ABERTA

29. A Política Orçamental em Economia Aberta	537
29.1. Condições de Equilíbrio	537
29.1.1. A Condição de Equilíbrio da Balança de Pagamentos	537

29.1.2. A Condição de Equilíbrio no Mercado Real	539
29.1.3. A Condição de Equilíbrio no Mercado Monetário	543
29.2. Política Orçamental com Taxas de Câmbio Fixas	544
29.3. A Política Orçamental com Taxas de Câmbio Perfeitamente Flutuantes .	547
Índice de Figuras	563
Índice de Caixas	567
Índice de Quadros	569
Bibliografia	571